O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0001890-31.2011.5.03.0017 em 15/06/2022 16:21:06 - 99c5732 e assinado eletronicamente por:

- ANGELA SARAIVA PORTES SOUZA

Consulte este documento em:
https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
usando o código**22061516202121700000150065311**

Documento assinado pelo Shodo

EDITAL DE LEILÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO – TRT-3 – **17ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO CNJ:** 0001890-31.2011.5.03.0017. **EXEQUENTE:** EDSON WANDER RODRIGUES DOS SANTOS. **EXECUTADO:** MINAS FORTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA e outros. **O leilão ocorrerá na modalidade exclusivamente eletrônica**, e realizado nos sites dos leiloeiros: www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br , onde foi publicado o presente edital (art.887, §2º, CPC).

INFORMAÇÕES: Sites dos leiloeiros ou pelos telefones (31) 3207-3900 / 3024-4451.

DATA DO LEILÃO: 13/07/2022 a partir das 9:00 h. Se não for vendido, será realizado o 2º leilão no dia 10/08/2022 no mesmo horário e condições.

LANCE MÍNIMO: No 1º e 2º leilão (se houver), serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, **pela melhor oferta nos termos do art. 888 § 1º da CLT, desde que não vil.**

Observação: Considerando a existência de coproprietário(s) e/ou cônjuge alheio(s) à execução, nos termos do artigo 843 do Código de Processo Civil, o equivalente à sua quota-parte recairá sobre o produto da alienação do bem, de modo que o lance mínimo deverá assegurar o correspondente à sua quota-parte na integralidade, observada a avaliação do bem.

DESCRIÇÃO DO BEM: Penhora de 50% das unidades/apartamentos 101, 401 do imóvel edificado no lote número 44 do Quarteirão 53, registrado sob o número 10 da Matrícula 11420 (CRI - 3º Of. BH), localizado na R. Castelo de Lisboa, 109 – Castelo, Belo Horizonte - MG - CEP 31330-452. A edificação não registrada é correspondente a um condomínio residencial de cinco apartamentos, sendo um apartamento tipo por andar (101, 201, 301, 401) e uma cobertura (501). Trata-se de uma construção de alto luxo, com todas as janelas, portas e frente do prédio em blindex verde claro; elevador em inox; piso em porcelanato e granito; três vagas na garagem. Os apartamentos tem aquecimento solar, uso de água e gás individual. Salão de festas e varanda com portas e janelas em vidro blindex, todo em porcelanato branco, com uma cozinha e dois banheiros. As unidades penhoradas são de metragem de 180 m², sendo um apartamento por andar e cada apartamento tem três vagas de garagem. Cada unidade tem quatro quartos com piso de Eucaflor cor de madeira clara, sendo que um quarto é uma suíte master com hidromassagem e closet, dois quartos semi-suites com banheiro intercambiável e outro quarto também suíte. Sala ampla com varanda e lavabo em granito e porcelanato. Ampla cozinha com bancada em granito preto, piso em porcelanato e acabamento em cerâmica branca. Dependência de empregada

composta apenas de um banheiro e área de serviço com tanque em cerâmica branca. O edifício conta ainda com uma guarita com janelas em blindex verde. Cada um dos apartamentos penhorados foi avaliado em R$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais). Total da avaliação das duas unidades/apartamentos penhorados: R$ 1.640.000,00 (hum milhão, seiscentos e quarenta mil reais). **TOTAL DA AVALIAÇÃO EQUIVALENTE A 50% DO VALOR DAS DUAS UNIDADES EFETIVAMENTE PENHORADAS:** R$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais).

ÔNUS: Existência de Ação de Execução Proc. 0640768-87.2012.8.13.0024 (AV.11); Penhora Proc. 0001346-92.2010.5.03.0012 (R.12); Indisponibilidade Proc. 0001350-74.2011.5.03.0019 (AV.13); Penhora Proc. 0002086-22.2011.5.03.0010 (R.14); Penhora Proc. 0001945-64.2011.5.03.0022 (R.15); Penhora Proc. 0001345-89.2011.5.03.0136 (R.16); Penhora Proc. 0001940-84.2011.5.03.0105 (R.17); Penhora Proc. 0000342-04.2011.5.03.0006 (R.18); Penhora Proc. 0001343-30.2011.5.03.0004 (R.19); Penhora Proc. 0002000-12.2011.5.03.0023 (R.21); Hipoteca Judiciária e Penhora Proc. 0002467-40.2012.5.03.0157 (R.22 e R.27); Penhora Proc. 0001132-73.2011.5.03.0010 - (R.23); Penhora Proc. 0000050-61.2012.5.03.0013 (R.24); Existência de Ação de Execução Proc. 1972582-27.2012.8.13.0024 (AV.25); Indisponibilidade Proc. 0001273- 89.2011.5.03.0108 (AV.26); Penhora Proc. 0001997-75.2011.5.03.0114 (R.28); Penhora Proc. 0000071-55.2012.5.03.0007 (R.29); Indisponibilidade Proc. 0001994-38.2011.5.03.0012 (AV.30); Indisponibilidade Proc.0000016-20.2012.5.03.0035 (AV.31); Indisponibilidade Proc. 0001473-11.2011.5.03.0104 (AV.32); Indisponibilidade Proc. 0001386-59.2011.5.03.0038 (AV.35); Indisponibilidade Proc. 0001270-37.2010.5.03.0087 (AV.36); Indisponibilidade Proc. 0000371-27.2012.5.03.0036 (AV.37); Indisponibilidade Proc. 0001424-13.2011.5.03.0025 (AV.39); Indisponibilidade Proc. 0002051-83.2011.5.03.0003 (AV.40); Penhora Proc. 0113800-77.2009.5.03.0035 (R.41); Indisponibilidade Proc. 0213624-09.2012.8.13.0024 (AV.42); Indisponibilidade Proc. 0002168-35.2011.5.03.0016 (AV.43); Indisponibilidade Proc. 0002242-04.2011.5.03.0012 (AV.44); Indisponibilidade Proc. 0001052-98.2011.5.03.0143 (AV.45); Indisponibilidade Proc. 0001323-46.2010.5.03.0110 (AV.47); Indisponibilidade Proc. 0001345-68.2010.5.03.0025 (AV.48); Penhora Proc. 0001334-94.2010.5.03.0136 (R.49); Indisponibilidade Proc. 0012012-82.2013.5.03.0163 (AV.50); Indisponibilidade Proc. 0000238-82.2012.5.03.0036 (AV.51); Indisponibilidade Proc. 07808-78.2016.4.01.3800 (AV.53); Indisponibilidade Proc. 0001314-06.2010.5.03.0136 (AV.54).

ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 24/04/2020: Observação: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após essa data.

FORMA DE PAGAMENTO: O leilão será aberto para pagamento à vista e parcelado conforme determinação do juiz (Decisão ID 12a446e). Considerar-se-á vencedora a melhor proposta (art. 888, § 1º da CLT).

a) O lance para pagamento à vista, não poderá ser convertido em parcelado. Caso o arrematante faça a conversão por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor dos Leiloeiros o valor pago a título de comissão, se a arrematação não for homologada ou posteriormente anulada.

b) Na hipótese de arrematação à vista, o valor deverá ser integralmente pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, §4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado aos Leiloeiros no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16 horas.

c) No caso de arrematação parcelada, o arrematante deverá efetuar o pagamento de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação, **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**. O remanescente será pago em 12 (doze) parcelas. As prestações serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas pelo INPC.

CONDIÇÕES DO LEILÃO

Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CLT, CPC e CTN, nas seguintes condições:

1º) O leilão será realizado pelos Leiloeiros Ângela Saraiva Portes Souza e Marco Antônio Barbosa de Oliveira Junior, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 30 min. Os leiloeiros ficam autorizados a alternar a sequência de lotes caso julguem necessário.

2º) No caso de pagamento parcelado, as parcelas serão pagas através de guia de depósito judicial, vinculada ao processo, que será expedida pelo próprio arrematante no site da Caixa Econômica Federal, devendo este comprová-lo mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada nos autos.

3º) No caso de atraso no pagamento das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

4º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até quitação.

5º) O arrematante pagará aos leiloeiros, à vista, 5% (cinco) de comissão, que será depositada na integralidade, até o dia subsequente, em conta dos leiloeiros que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado por e-mail até às 16:00 horas da mesma data, sob pena de ser desconsiderado a arrematação e apresentado nos autos o lance subsequente.

6º) Na hipótese de inadimplemento da arrematação, seja na modalidade à vista ou parcelada, os Leiloeiros ficam autorizados a aproveitar o lance subsequente do licitante que mantiver a proposta.

7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão dos Leiloeiros. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, os Leiloeiros poderão promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente, nos termos do art. 245 §4º do Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

8º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar nos sites dos leiloeiros www.saraivaleiloes.com.br ou www.marcoantonioleiloeiro.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.

9º) Se tratando de leilão realizado simultaneamente nas plataformas www.marcoantonioleiloeiro.com.br e www.saraivaleiloes.com.br, o lance ofertado em um dos sites, será replicado no outro, sob os codinomes "Lancador site Marco Antonio" e "Lancador - site Saraiva".

10º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

11º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visitação com horário pré agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

12º) Caberá, ao interessado, verificar a existência de débitos tributários, bem como aqueles relativos às taxas/despesas condominiais e/ou quaisquer outros eventuais débitos que recaiam sobre o bem objeto da hasta pública.

13º) Conforme Despacho de id 12a446e: "*eventuais dívidas referentes a multas, tributos, etc... incidentes sobre o(s) bem(ns) serão de responsabilidade do Arrematante/Adjudicante, cabendo-lhe diligenciar para obtenção das informações respectivas.*

14º) Nos termos do PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO, TÍTULO XV, Art. 245, § 3° e §5º se o bem for arrematado, no caso de acordo ou pagamento da dívida (remição) se requeridos após o leilão, os leiloeiros serão remunerados com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado no dia da remição, e no caso de Adjudicação, a remuneração dos leiloeiros será paga pelo adjudicante e será depositada antes da assinatura da respectiva carta.

15º) O Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

16º) Os bens que não receberem lances, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de ofertas.

17º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

18º) A Nota de Arrematação será expedida pelos leiloeiros após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

19º) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no item 14º.

20º) Ficam desde já intimados do 2º leilão, que ocorrerá na data indicada neste edital, se o bem não for arrematado no 1º leilão, as partes, a coproprietária **Sra. Cristiane Moreira Dutra**, os Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.

21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 15/06/2022.